

Masp 12860698 SIMONE DE OLIVEIRA NAZARIO, ASEDs, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 03/11/2020.

Masp 12841540 SIMONE LEITE DA SILVA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 09/11/2020.

Masp 12215877 SONIA ALVES FERREIRA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 27/11/2020.

Masp 11176856 TADEU WALLYSSON CAMPOS DA COSTA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 12/11/2020.

Masp 11241817 TALLYS RAMOS DE JESUS, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 01/11/2020.

Masp 13812532 TANIA ROSA DE JESUS, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 01/11/2020.

Masp 13688031 TANISIO CARLOS GOUVEIA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 01/11/2020.

Masp 12682068 TARCISIO JOSE DO COUTO JUNIOR, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 01/11/2020.

Masp 13744677 TASSIANE DE SOUSA TOGO, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 01/11/2020.

Masp 13762430 THIAGO MESSIAS DOS REIS, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 23/11/2020.

Masp 12193405 TIAGO ALVES SILVA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 23/11/2020.

Masp 11565819 TOMMY ITACOLOMY THOMAZ, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 02/11/2020.

Masp 11408101 URSULA DE SOUZA ROCHA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 03/11/2020.

Masp 10782274 VALDEI BESSA DE ARAUJO, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 4º quin., de exercício, a partir de 01/11/2020.

Masp 11945375 VALDIR FRANCISCO DE PAULA, AGSE, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 14/10/2020.

Masp 11540150 VANESSA CRISTINA DE JESUS, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 04/11/2020.

Masp 11017852 VANILDO DE OLIVEIRA E CASTRO, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 15/11/2020.

Masp 13728696 VINICIUS LUIZ PEREIRA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 05/11/2020.

Masp 12818258 VINICIUS OLIVEIRA DE PAULA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 01/11/2020.

Masp 13180161 VINICIUS SILVA DINIZ, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 04/11/2020.

Masp 13792346 WAGNER DE OLIVEIRA COELHO, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 18/11/2020.

Masp 13856760 WALLACE LUIS DE OLIVEIRA SILVA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 04/11/2020.

Masp 9055682 WALQUIMAR PEREIRA M DE SOUZA, ASP, por 02 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 03/11/2020.

Masp 13763362 WANDER CLEISER SOUSA ANDRADE, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 02/11/2020.

Masp 11736642 WANDER DE OLIVEIRA PEDROSO, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 03/11/2020.

Masp 11738390 WANDERSON DOS SANTOS ALVES, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 03/11/2020.

Masp 13872049 WANDERSON SOARES DE SOUSA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 02/11/2020.

Masp 10780922 WEBERT PEREIRA GOMES, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 03/11/2020.

Masp 12697314 WELITON ALVES DOS SANTOS, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 13/11/2020.

Masp 12363248 WELLINGTON ALVES DOS SANTOS, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 01/10/2020.

Masp 11072394 WELLINGTON APARECIDO SILVA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 02/11/2020.

Masp 13815261 WELLINGTON DE OLIVEIRA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 03/11/2020.

Masp 11715877 WELLINGTON LUIS CALDEIRA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 09/11/2020.

Masp 12212346 WEMERSON JEUNES COSTA FONSECA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 2º quin., de exercício, a partir de 27/11/2020.

Masp 13799127 WESLEY PEREIRA RAMOS, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 21/11/2020.

Masp 13782164 WESLEY REIS DA SILVA, ASEDs, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 17/11/2020.

Masp 13850953 WILLERSON DE OLIVEIRA FERREIRA, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 02/11/2020.

Masp 13867973 WILLIAM DE OLIVEIRA MACEDO, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 05/11/2020.

Masp 13769815 WILSON SIMONAL BATISTA RODRIGUES, ASP, por 01 mês(es), referente(s) ao(s) 1º quin., de exercício, a partir de 04/11/2020.

Mariana Procópio de Castro Lima  
Superintendente de Recursos Humanos  
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

29 1413914 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº227, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.  
Constitui a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº02/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS).

§ 1º – O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 59, do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018, e no art. 17 do Decreto Estadual nº 47.553 de 7 de dezembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº02/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS), nos termos do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018.

Art. 2º – A comissão julgadora será composta por:

I – membros titulares:  
a) Isabella Presotti Tibúrcio – MASP: 753272-4;  
b) Camila Aniceto de Oliveira – MASP: 1265142-8; e  
c) Muriel de Souza Pessoa – MASP: 1259218-4.

II – membros suplentes, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Luciana Mara de Freitas Souza – MASP: 752465-5;  
b) Luciana Simões Costa – MASP: 1400171-3; e  
c) Edina dos Santos Martins – MASP: 1401647-1.

§ 1º – O membro da comissão julgadora deverá se declarar formalmente impedido caso nos últimos cinco anos tenha mantido relação jurídica com entidades sem fins lucrativos participantes do processo de seleção pública, tais como:

I – ser ou ter sido associado, dirigente ou trabalhador de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

II – ser cônjuge, companheiro ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

III – ter efetuado doações para entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública.

§ 2º – O membro que se declarar impedido será substituído por seu suplente, ou, na ausência de indicação de suplência, o dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública designará novo membro.

Art. 3º – Compete à comissão julgadora zelar pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas entidades sem fins lucrativos proponentes, obedecendo aos critérios previstos em edital, nos termos do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2020.  
Alexandre Leão Batista Silva  
Secretário Executivo de Segurança Pública  
(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

29 1414284 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº226, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

Constitui a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº01/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS).

§ 1º – O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 59, do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018, e no art. 17 do Decreto Estadual nº 47.553 de 7 de dezembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº01/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS), nos termos do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018.

Art. 2º – A comissão julgadora será composta por:

I – membros titulares:  
a) Luciana Mara de Freitas Souza – MASP: 752465-5;  
b) Lillian Martins de Moraes – MASP: 41146-3; e  
c) Edilton Antônio Alves de Araújo Rocha – MASP: 1186710-8.

II – membros suplentes, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Thiago Alvarenga Araújo – MASP: 753253-4;  
b) Adriano Andrade Pereira Paz – MASP: 1465662-3; e  
c) Ronaldo Pimenta Braga – MASP: 1250660-6.

§ 1º – O membro da comissão julgadora deverá se declarar formalmente impedido caso nos últimos cinco anos tenha mantido relação jurídica com entidades sem fins lucrativos participantes do processo de seleção pública, tais como:

I – ser ou ter sido associado, dirigente ou trabalhador de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

II – ser cônjuge, companheiro ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

III – ter efetuado doações para entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública.

§ 2º – O membro que se declarar impedido será substituído por seu suplente, ou, na ausência de indicação de suplência, o dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública designará novo membro.

Art. 3º – Compete à comissão julgadora zelar pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas entidades sem fins lucrativos proponentes, obedecendo aos critérios previstos em edital, nos termos do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2020.  
Alexandre Leão Batista Silva  
Secretário Executivo de Segurança Pública  
(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

29 1414283 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº228, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

Constitui a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº03/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS).

§ 1º – O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 59, do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018, e no art. 17 do Decreto Estadual nº 47.553 de 7 de dezembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº03/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS), nos termos do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018.

Art. 2º – A comissão julgadora será composta por:

I – membros titulares:  
a) Thiago Alvarenga Araújo – MASP: 753253-4;  
b) Adriano Andrade Pereira Paz – MASP: 1465662-3; e  
c) Ronaldo Pimenta Braga – MASP: 1250660-6.

II – membros suplentes, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Isabella Presotti Tibúrcio – MASP: 753272-4;  
b) Camila Aniceto de Oliveira – MASP: 1265142-8; e  
c) Muriel de Souza Pessoa – MASP: 1259218-4.

§ 1º – O membro da comissão julgadora deverá se declarar formalmente impedido caso nos últimos cinco anos tenha mantido relação jurídica com entidades sem fins lucrativos participantes do processo de seleção pública, tais como:

I – ser ou ter sido associado, dirigente ou trabalhador de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

II – ser cônjuge, companheiro ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

III – ter efetuado doações para entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública.

§ 2º – O membro que se declarar impedido será substituído por seu suplente, ou, na ausência de indicação de suplência, o dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública designará novo membro.

Art. 3º – Compete à comissão julgadora zelar pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas entidades sem fins lucrativos proponentes, obedecendo aos critérios previstos em edital, nos termos do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2020.  
Alexandre Leão Batista Silva  
Secretário Executivo de Segurança Pública  
(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

29 1414287 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº229, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

Constitui a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº04/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS).

§ 1º – O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 59, do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018, e no art. 17 do Decreto Estadual nº 47.553 de 7 de dezembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº04/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS), nos termos do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018.

Art. 2º – A comissão julgadora será composta por:

I – membros titulares:  
a) Thiago Alvarenga Araújo – MASP: 753253-4;  
b) Zila Silva Rodrigues – MASP: 1352468-1; e  
c) Guilherme Rodrigues Oliveira – MASP: 597599-0.

II – membros suplentes, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Luciana Mara de Freitas Souza – MASP: 752465-5;

b) Lillian Martins de Moraes – MASP: 41146-3; e

c) Edilton Antônio Alves de Araújo Rocha – MASP: 1186710-8.

§ 1º – O membro da comissão julgadora deverá se declarar formalmente impedido caso nos últimos cinco anos tenha mantido relação jurídica com entidades sem fins lucrativos participantes do processo de seleção pública, tais como:

I – ser ou ter sido associado, dirigente ou trabalhador de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

II – ser cônjuge, companheiro ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

III – ter efetuado doações para entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública.

§ 2º – O membro que se declarar impedido será substituído por seu suplente, ou, na ausência de indicação de suplência, o dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública designará novo membro.

Art. 3º – Compete à comissão julgadora zelar pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas entidades sem fins lucrativos proponentes, obedecendo aos critérios previstos em edital, nos termos do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2020.  
Alexandre Leão Batista Silva  
Secretário Executivo de Segurança Pública  
(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

29 1414288 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº230, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020.

Constitui a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº05/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS).

§ 1º – O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 59, do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018, e no art. 17 do Decreto Estadual nº 47.553 de 7 de dezembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a comissão julgadora, destinada ao recebimento e julgamento das propostas do Edital SEJUSP nº05/2020, com a finalidade de selecionar entidade sem fins lucrativos para a celebração de contrato de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e organização social (OS), nos termos do Decreto Estadual nº 23.081 de 10 de agosto de 2018.

Art. 2º – A comissão julgadora será composta por:

I – membros titulares:  
a) Isabella Presotti Tibúrcio – MASP: 753272-4;  
b) Luciana Lott de Almeida Cunha – MASP: 1235717-4; e  
c) Marilene Evangelista Meira – MASP: 1255505-8.

II – membros suplentes, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Thiago Alvarenga Araújo – MASP: 753253-4;  
b) Zila Silva Rodrigues – MASP: 1352468-1; e  
c) Guilherme Rodrigues Oliveira – MASP: 597599-0.

§ 1º – O membro da comissão julgadora deverá se declarar formalmente impedido caso nos últimos cinco anos tenha mantido relação jurídica com entidades sem fins lucrativos participantes do processo de seleção pública, tais como:

I – ser ou ter sido associado, dirigente ou trabalhador de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

II – ser cônjuge, companheiro ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

III – ter efetuado doações para entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública.

§ 2º – O membro que se declarar impedido será substituído por seu suplente, ou, na ausência de indicação de suplência, o dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública designará novo membro.

Art. 3º – Compete à comissão julgadora zelar pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas entidades sem fins lucrativos proponentes, obedecendo aos critérios previstos em edital, nos termos do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2020.  
Alexandre Leão Batista Silva  
Secretário Executivo de Segurança Pública  
(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

29 1414289 - 1

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

1) Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e Licença de Operação (LACI) - \*Mosaic Fertilizantes P&K Ltda – Pilhas de rejeito/estéril - Tapira/MG - PA/Nº 4683/2020 (SLA) - Classe 4, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS.  
2) Renovação de Licença de Operação: \*Britagem Três Irmeos Ltda DNP 832.165/2001 / Fazenda Monte Castelo, lugar denominado Sobradinho - Extração de rocha para produção de britas; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção; Pilhas de rejeito / estéril; Estrada para transporte de minério / estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco – Uberlândia/MG - PA/Nº 16475/2009/004/2019 – Classe 4, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS.

(a)Kamila Borges Alves, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

29 1414184 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:1) Augusto Cesar Fagundes Bandeira – Fazenda Vista Bonita 1, Avicultura, Antônio Carlos/MG, Protocolo nº 1572/2020; 2) Rosa e Oliveira Ltda – Rosa Sete, Usinas de produção de concreto asfáltico, Matipó/MG, Protocolo nº 4574/2020; 3) R M da Silva Areia, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Guidoal/MG, Protocolo nº 4572/2020; 4) LA de Minas Industria Ltda, Refriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido, Paula Cândido/MG, Protocolo nº 1572/2020; 5) Ferraz & Quinelato Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Visconde do Rio Branco/MG, Protocolo nº 4552/2020; 6) Cristovam Jose Silva Lana, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Piranga/MG, Protocolo nº

4526/2020; 7) Transcardoso Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Muriae/MG, Protocolo nº 4512/2020; 8) Leandro Antunes De Aquino – Sítio Campo Alegre E Pasto Do Armazém; Horticultura (Floricultura, Olericultura, Fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Canandaí / MG, Protocolo nº 4650/2020. 9) Rita Cascia Henrique Gomes; Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil; Goianá / MG, Protocolo nº 4618/2020. 10) Posto Raul Soares Ltda,Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Raul Soares/MG, Protocolo nº 4651/2020. 11) Duarte & Godinho Estruturas E Pre-Moldados Ltda; Usinas de produção de concreto comum, Ervália/MG, Protocolo nº 4670/2020. 12) MF Bolsas Ind. E Com. EIRELI, Confecção de calçados de couro e artefatos diversos de couro, Dores de Campos/MG, Protocolo nº 4669/2020. 13) Flavio Teodosio Dos Reis, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, São Francisco do Glória/MG, Protocolo nº 4672/2020. 14) Cachaca Aliança Ltda, Fabricação de aguardente, Brás Pires/MG, Protocolo nº 4673/2020.15) Marcia Grillo Cabral Moraes, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Espera Feliz/MG, Protocolo nº 4674/2020. 16) Posto Filinto De Andrade Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Leopoldina/MG, Protocolo nº 4675/2020. 17) Paula E Oliveira Moveis Ltda, Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Tocantins/MG, Protocolo nº 4676/2020.

(a) Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata.

29 1414061 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou a Licença Ambiental: 1) Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, concomitantes (LACI) - \* Mosaic Fertilizantes P&K Ltda - ANM nº 802.830/1969 Incorporação dos Depósitos de Titânio T4 e T2 do Complexo de Mineração de Tapira – CMT - Pilhas de rejeito